

GESTÃO DO ESPORTE E DO LAZER NA BAHIA: ITINERÂNCIAS FORMATIVAS NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

MANAGEMENT OF SPORTS AND LEISURE IN BAHIA: TRAINING ITINERANCES IN IDENTITY TERRITORIES

GESTIÓN DEL DEPORTE Y DEL OCIO EN BAHIA: ITINERANCIAS FORMATIVAS EN LOS TERRITORIOS DE IDENTIDAD

Romilson Augusto dos Santos

romiss@ufba.br

Kleydson Ferreira de Almeida

kleydson_ferreira@hotmail.com

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

PALAVRAS-CHAVE: *Gestão, Esporte, Lazer.*

ESCRITOS PRELIMINARES

O texto em foco buscou analisar e discutir, à luz da literatura, bem como dos dados coletados durante as nossas investigações, as itinerâncias formativas que o esporte e lazer proporcionaram nos Territórios de Identidade, no âmbito da gestão pública nos municípios baianos. A escrita em foco constitui-se de um recorte cartográfico dos seguintes Territórios de Identidades: Chapada Diamantina, Chapada Baía do Paramirim, Sertão Produtivo, Vitória da Conquista e Médio Rio de Contas.

Quanto ao entendimento de políticas públicas, enquanto política de Estado, faz-se necessário ter a clareza de que tal política tem por finalidade o atendimento pelo Estado ao público, ou seja, a população em geral, na qual acontecem alianças, interesses diversos e disputas em um tempo/espaço de existência, que requer diariamente diálogo.

[...]Em suma, escrever sobre políticas públicas de esporte e lazer requer mapear o espaço social em que esta é produzida; avançar no entendimento das relações entre os agentes; até finalmente, compreender quais as políticas que foram efetivadas, quais foram preteridas, as que obtiveram êxito e aquelas que não passaram de propostas..(STAREPRAVO, 2014, p. 34-35)



No âmbito do esporte e do lazer, importa registrar que se trata de um fenômeno sociocultural da humanidade de grande alcance popular. Trata-se, portanto, de um fenômeno dual de esporte e lazer.

A HERMENÊUTICA DO ESTUDO

O estudo em questão foi desenvolvido a partir de revisão da literatura e levantamento documental nos governos eletrônicos (E-Gov) dos municípios pertencentes aos respectivos Territórios de Identidades e de pesquisa nos *sites* do IPEA, IBGE, SEPLAN, ME, dentre outros, para buscar informações técnicas que dessem conta de trazer dados relevantes para a construção da pesquisa no âmbito das Políticas Públicas de Esporte e Lazer. No que se refere à compreensão do conceito de E-Gov, vale dizer que nos é “espaço/tempo contemporâneo capaz de promover a interação entre cidadãos e governos públicos” (LEIRO e OLIVEIRA, 2015, p. 18).

DIÁLOGOS CONCLUSIVOS EM ABERTO

Durante a itinerância de pesquisa, foi possível identificar alguns dados que consideramos de grande relevância na construção e implementação das Políticas Públicas de Esporte e Lazer nos 92 municípios analisados. Os dados em questão referem-se à primeira análise, via sistema E-Gov, procurando saber se os municípios possuíam secretarias específicas de esporte e lazer, leis orgânicas ou se estavam vinculadas a outras secretarias. Buscou-se analisar quais informações estavam disponíveis nos sites oficiais das prefeituras e suas respectivas secretarias ou outras secretarias que acolhiam o esporte e o lazer no seu organograma institucional.

Das 92 cidades analisadas nos quatro Territórios de Identidades, observou-se que apenas 22 possuem secretarias específicas para o esporte e lazer, ou seja, um percentual de 23,9% do total de cidades. Ademais, em relação à existência de capítulo ou seção específica para esporte e lazer na Lei Orgânica do Município, apenas 16 municípios o possuem, um correspondente a 17,4% do total do Territórios de Identidade.

Sendo assim, governar para toda a população requer a criação de políticas que deem conta das reais demandas da sociedade civil. Requer, portanto, a construção de políticas públicas socialmente referenciadas para a população em geral. Requer criar políticas públicas de Estado e não de governo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL (Constituição, 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais n. 1/1992 a 68/2011, pelo decreto legislativo 186/2008 e pelas emendas constitucionais de revisão n. 1 a 6 de 1994. 35. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2012.
- DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. *Políticas públicas: princípios, propósitos e processos*. São Paulo: Atlas, 2012.
- LEIRO, Augusto C. R. e OLIVEIRA, Larissa G. *Governo eletrônico e política de esporte*: Mercosul na telinha in: política pública de esporte e lazer. Petrolina: UNIVASF, 2015.
- STAREPRAVO, Augusto Fernando. Caracterizando o subcampo político/burocrático de esporte e lazer no Brasil. in: *Política pública e esporte*. Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014.

